

Mecanismos Semelhantes, Épocas Distintas: a reforma das instituições policiais brasileiras à luz da justiça de transição

Júlia do Couto e Silva Freitas¹, José Carlos Moreira da Silva Filho²



UFRGS
PROFESQ

XXV SIC
Salão Iniciação Científica

CH - Ciências Humanas

¹ Júlia do Couto e Silva Freitas, Direito, PUCRS

² José Carlos Moreira da Silva Filho

INTRODUÇÃO

A reforma das instituições de polícia tem um papel importante da redemocratização de um país, assinalando para a não repetição dos abusos. Este texto pretende fazer uma análise dessa reforma no caso brasileiro, com ênfase nas execuções extrajudiciais. Trataremos, também, da tortura, da institucionalização da violência no período ditatorial e procuraremos entender sobre quem atua a repressão hoje em dia.

Essa reforma está calcada na ideia de não repetição: não repetição do abuso, das atrocidades, da mesma estrutura organizacional. Por trás da reorganização das instituições policiais está a busca de que os órgãos de polícia não reproduzam, no regime democrático, as ações violentas e repressoras do período ditatorial, de que eles não atuem arbitrária e ilegalmente, de que não violem direitos, garantias e liberdades. Enfim, de que sejam instituições respeitadoras dos princípios da democracia.

O presente trabalho pretende, portanto, fazer uma análise do caso brasileiro, no que tange especificamente à reforma dos órgãos de segurança pública.)

METODOLOGIA

Examinamos dados e histórias históricas que apontam para a violência institucional no país, para avaliar o que se tornou a transição para o regime democrático. Para isso, foram feitas buscas bibliográficas sobre o tema, tanto na literatura acadêmica de universidades não-governamentais defensoras dos direitos humanos, que divulgam os altos índices de violência no país.

OBJETIVOS

- Demonstrar a existência da continuidade da aceitação do simulacro de legalidade instituído durante a ditadura militar, bem como a sua estreita relação com o atraso transicional brasileiro e o elevado índice de violência e desrespeito aos direitos humanos praticados pelas forças de segurança pública no país;
- Coletar e organizar relatórios e dados de organismos nacionais e internacionais que comprovam o alto nível de violência das forças de segurança pública brasileiras, seja no combate ao crime seja na administração do sistema carcerário;

CONCLUSÃO

Quanto aos resultados alcançados, pode-se dizer que o principal foram os indícios da continuidade do *modus operandi* da polícia brasileira, desde a ditadura civil-militar até os dias de hoje. Através dos “autos de resistência”, da disparidade estatística e da manipulação de evidências, pudemos perceber a manutenção de uma cultura violenta dentro de nossas instituições policiais. Além disso, temos que a principal herança da ditadura civil-militar no Brasil, a *institucionalização* da violência, se deu através de três eixos principais: a amplitude e intensidade das violações cometidas, a sua justificação através da ideologia de segurança nacional e a sistematização dessa lógica. Foi nessa época que se consolidou a estrutura das forças policiais brasileiras, tendo essa estrutura permanecido praticamente inalterada até hoje.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/node/32131> . Acesso em: 05 de março de 2013.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 133 – 149.

HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 547 p.

HUMAN RIGHTS WATCH. Lethal Force. Police Violence and Public Security in Rio de Janeiro and São Paulo. Disponível em: <http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/brazil1209webwcover.pdf> . Acesso em: 21 de agosto de 2012.

JUSTIÇA GLOBAL. Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Disponível em: http://global.org.br/wp-content/uploads/2009/12/Relatorio_Milicias.pdf . Acesso em 15 de outubro de 2012.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 123 - 132.



MODALIDADE
DE BOLSA

Bolsista Fapergs